



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA CENTRAL METROPOLITANA
Ata da 61ª reunião, realizada em 1º de julho de 2026

1 Em 1º de julho de 2026, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional Colegiada Central Metropolitana (URC CM)
2 do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes
4 membros titulares e suplentes: o presidente suplente Mateus Romão Oliveira, representante da SEMAD;
5 Representantes do poder público: Lorena Gonçalves Brito, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
6 Abastecimento (Seapa); Breno Leandro Pinto Andrade, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
7 (Sede); Petra Rafaela de Oliveira Silva Mello, da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias
8 (Seinfra); Bernardo Costa Bax, da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG); Marcos Miguel Temponi
9 Godinho, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea); Guilherme de Castro
10 Germano, do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG); Pedro Ribeiro de Oliveira Franzoni Grossi, da Prefeitura
11 de Belo Horizonte. Representantes da sociedade civil: Cecília Noronha de Araújo Tôrres, da Federação das
12 Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Henrique Damásio Soares, da Federação da Agricultura e Pecuária
13 do Estado de Minas Gerais (Faemg); Geraldo Magela da Silva, do Sindicato e Organização das Cooperativas do
14 Estado de Minas Gerais (Ocemg); Andrea Micheleni de Moura, da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME);
15 Patrícia Pimenta de Carvalho, do Instituto Espinhaço - Biodiversidade, Cultura e Desenvolvimento Socioambiental;
16 Fábio Croso Soares, da Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (Promutuca); Breno Augusto
17 Ribeiro Arêdes, do Centro Universitário UNA. Assuntos em pauta. 1) ABERTURA. Verificado o quórum regimental,
18 o presidente suplente Mateus Romão Oliveira declarou aberta a 61ª reunião da Unidade Regional Colegiada
19 Central Metropolitana. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO**. Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3)**
20 **COMUNICADO DOS CONSELHEIROS**. Não houve comunicados. **4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA**.
21 Não houve comunicados. **5) EXAME DA ATA DA 60ª REUNIÃO**. Aprovada por unanimidade a ata da 60ª reunião
22 da Unidade Regional Colegiada Central Metropolitana, realizada em 3 de junho de 2026. Votos favoráveis: Seapa,
23 Sede, PMMG, Crea, MPMG, Prefeitura de Belo Horizonte, Faemg, Ocemg, SME, Instituto Espinhaço, Promutuca e
24 UNA. Abstenções: Seinfra e Fiemg. Justificativas de abstenções. As conselheiras Petra Rafaela de Oliveira Silva
25 Mello, representante da Seinfra, e Cecília Noronha de Araújo Tôrres, da Fiemg, justificaram abstenção de voto em
26 razão de suas ausências na 60ª reunião. **6) PROGRAMA PRODUTOR DE ÁGUA DE MINAS GERAIS. Apresentação:**
27 **Diretoria de Projetos Ambientais e Instrumentos Econômicos (DPAI) da SEMAD**. Carlos Silveira, da Diretoria de
28 Projetos Ambientais e Instrumentos Econômicos da SEMAD, fez apresentação sobre o Programa Produtor de Água
29 de Minas Gerais. O conteúdo da exposição ficará disponível no portal da SEMAD. Manifestações dos conselheiros.
30 Conselheiro Henrique Damásio Soares/Faemg: “Parabéns, Carlos, pela apresentação. Esse programa, assim como
31 todas as iniciativas de pagamento por serviços ambientais, é muito importante para o setor que eu represento —
32 eu represento aqui os produtores rurais do Estado de Minas Gerais. Só para deixar registrado, desejar as boas-
33 vindas e bons trabalhos para a superintendente Fabiana, nomeada nesta semana; servidora da casa que está
34 ocupando a Superintendência de Gestão Territorial Ambiental e Instrumentos Econômicos. E toda a equipe, que
35 sabemos que faz um trabalho muito bacana. Foi publicado também, no dia 11, o decreto que regulamentou a Lei
36 da Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; o Decreto 13.018. Então quem tiver oportunidade de
37 acessar o decreto, acho que ficou muito importante, é um marco da política ambiental brasileira, que precisamos
38 avançar. As políticas de comando e controle foram necessárias no passado, e precisamos mudar a chave e avançar
39 para essas políticas de recompensar quem realmente preserva e garante a sadia qualidade de vida no Estado. E
40 aqui em Minas, graças a Deus, segundo dados do CAR, 35% da vegetação nativa é protegida, muito em virtude
41 das ações dos produtores rurais. Então desejar boa sorte para a equipe. Estamos juntos nessa etapa.” Conselheiro
42 Geraldo Magela da Silva/Ocemg: “Assim como o colega Henrique, da Faemg, eu quero parabenizar pela
43 apresentação extremamente importante. É um programa, indiscutivelmente, meritório, que nos coloca em uma
44 posição de destaque nacional e internacional, haja vista toda essa discussão que estamos fazendo, inclusive, com

a União Europeia. Projetos como esse demonstram o avanço de Minas no sentido da preservação ambiental e da sustentabilidade. Quero reiterar que, em consonância com esse programa, as cooperativas estão engajadas também nesse processo, o Sistema Ocemg junto com a Faemg. É extremamente importante no desenvolvimento de programas de sustentabilidade. Nós temos, no âmbito do Sistema Ocemg, o ESGCoop, onde estamos capacitando cooperativas, lideranças e colaboradores, em parceria, inclusive, com o Sistema Faemg/Senar. Temos um programa muito interessante na principal cadeia produtiva de Minas, do agro mineiro, que é a cafeicultura: no Sul de Minas, a Cooxupé, a maior cooperativa de cafeicultores de Minas, do Brasil e do mundo; exporta para 56 países, tem 20.000 associados, dos quais 90% são agricultores familiares, com faturamento de 15 bilhões no ano passado. Então uma representatividade enorme. Hoje os produtos da cafeicultura mineira passam em torno de 55% a 60% pelas cooperativas. A Cooxupé é a maior delas e tem um programa contando com parceria com os órgãos ambientais do governo do Estado, que é o Cafeicultor Produtor de Água, que está em plena consonância com o amplo programa do governo do Estado, capitaneado pelo IGAM. É só para registrar que nós estamos comprometidos, partícipes do setor cooperativista, especialmente as cooperativas agropecuárias e de crédito, que são grandes agentes financiadores da atividade agropecuária do Estado. Elas estão tendo muito cuidado na observância das licenças e da regularidade e dos investimentos, inclusive, financiando investimentos dessa natureza para os produtores em geral, no sentido de dar também sua grande contribuição ao desenvolvimento de programas como esse. Nós estamos à disposição e parabenizamos os órgãos da área ambiental do Estado, como a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, IGAM, IEF e diversos órgãos parceiros e colaboradores. Quero aproveitar para falar que nós, recentemente, assinamos — inclusive, junto com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, o IEF e diversos outros órgãos, como o Corpo de Bombeiros — um acordo de cooperação para a prevenção de incêndios florestais. O Sistema Ocemg está engajado — assim como o Sistema Faemg e outros parceiros, como o IGAM e todos os órgãos ambientais do Estado — nesse programa, que estamos acreditando que será realmente exitoso. É o primeiro ano que estamos fazendo esse esforço de forma cooperada entre diversos órgãos do poder público estadual e as entidades representativas dos setores produtivos mineiros — a Ocemg é uma delas. Nós temos uma participação de 16% do Produto Interno Bruto do Estado, então temos consciência da nossa importância como setor. A Ocemg, como líder e representante desse segmento das cooperativas, e o Crea, nós tivemos uma reunião profícua com o Corpo de Bombeiros já construindo a operacionalidade da nossa participação, que se dará também em uma rede de parcerias. Nós vamos capacitar brigadas nas cooperativas agropecuárias mineiras, trabalhando alinhados com o Sistema Faemg/Senar, os sindicatos rurais, Sebrae e diversos outros órgãos. Estamos acreditando muito nisso, que decorre de um entendimento ocorrido o ano passado entre as entidades do agro, capitaneadas pela Faemg, Ocemg e diversas outras, onde assinamos o protocolo com o governo do Estado para apoiar ações preventivas de combate aos incêndios florestais. Com essa rede de parceiros, cada um fazendo aquilo que pode ser feito, atuando em rede de cooperação, eu acho que Minas Gerais dará um belo exemplo ao país, mitigando efeitos e conscientizando e capacitando o produtor. Sabemos que nosso produtor é totalmente interessado em preservação, mas às vezes faltam orientações, técnicas e metodologias. É isso que esse acordo de cooperação visa, tendo o nosso Corpo de Bombeiros, que é uma referência internacional, como o nosso grande orientador junto às instituições do meio ambiente, SEMAD, IGAM, IEF e tantas outras instituições públicas e privadas parceiras. É importante registrar isso aqui. Estamos no COPAM, onde tem todo esse trabalho de cumprimento da legalidade, de orientação, mas, sobretudo, precisamos trabalhar em processo de educação, prevenção e mitigação dos efeitos danosos que os incêndios trazem, principalmente porque estamos adentrando no período mais crítico, que é o período seco. Este ano é o ano piloto, e vamos desenvolver vários projetos com as entidades na capacitação e educação das pessoas para colaborarem em todo o processo. É muito meritório do poder público estadual de Minas, dos órgãos ambientais, em parceria com as entidades representativas das classes produtivas, pois isso demonstra o nível de engajamento e maturidade institucional e, sobretudo, de cidadania para a sustentabilidade.”

7) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DO RECURSO AO ARQUIVAMENTO DE PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL. 7.1) Pro-Flora Agroflorestal Ltda. Lavra a céu aberto. Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento; Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco; Pilhas de rejeito/estéril e Britamento de pedras para construção. Sete Lagoas/MG. PA/SLA/Nº 230/2022. PA/SEI/Nº 2090.01.0001427/2026-39. ANM nº 805.065/1970 e 802.012/1978. Licença de Operação Corretiva (LAC2). Classe 4. Apresentação: URA CM. Recurso indeferido por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Sede, Seinfra, PMMG, Crea, MPMG, Prefeitura de Belo Horizonte, Fiemg, Ocemg, SME, Instituto

97 Espinhaço, Promutuca e UNA. Abstenção: Faemg. Justificativa de abstenção. Conselheiro Henrique Damásio
98 Soares/Faemg: “Eu vou me abster. Embora sejam importantes as colocações da Giovana (Baroni, da URA CM),
99 respeitosa, essas questões da fiscalização não estão em discussão aqui. Eu entendo que são
100 importantíssimas, mas nós não estamos deliberando sobre desembargo ou suspensão das atividades, e nem é a
101 nossa competência nesta Unidade Regional Colegiada. Com todo respeito à técnica.” **7.2) Flávio Grisi. Minérios**
102 **& Jazidas Minerais. Lavra a céu aberto. Minério de ferro. Ouro Preto/MG. PA/SLA/Nº 4617/2020. PA/SEI/Nº**
103 **2090.01.0005229/2026-11. ANM nº 832.582/2016. Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação e**
104 **a Licença de Operação (LAC1). Classe 2. Apresentação: URA CM. Recurso indeferido por unanimidade nos termos**
105 **do Parecer Único. Votos favoráveis: Seapa, Sede, Seinfra, PMMG, Crea, MPMG, Prefeitura de Belo Horizonte,**
106 **Fiemg, Ocemg, SME, Instituto Espinhaço, Promutuca e UNA. Ausência: Faemg. 8) PROCESSO ADMINISTRATIVO**
107 **PARA EXAME DO RECURSO AO INDEFERIMENTO DE PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL. 8.1) Alcântara**
108 **Participações Ltda. Loteamento do solo urbano, exceto distritos industriais e similares. Sarzedo/MG.**
109 **PA/SLA/Nº 4143/2022. PA/SEI/Nº 1370.01.0006577/2023-98. Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS RAS).**
110 **Classe 3. Apresentação: URA CM. Retirado de pauta em 8/11/2023. Processo retirado de pauta com pedido de**
111 **vista da Fiemg e vista conjunta solicitada pela Faemg. Justificativas. Conselheira Cecília Noronha de Araújo**
112 **Tôrres/Fiemg**: “Eu solicito vista do item 8.1 para melhor análise dos fundamentos técnicos e jurídicos constantes
113 do parecer e recurso, especialmente quanto aos efeitos do entendimento adotado para fins de regularização
114 ambiental de loteamentos urbanos e seus potenciais desdobramentos regulatórios, considerando a relevância e
115 a complexidade da matéria.” Conselheiro Henrique Damásio Soares/Faemg: “A Faemg acompanha para ter acesso
116 à íntegra do processo e poder contribuir com essa discussão.” **9) ASSUNTOS GERAIS. Não houve manifestações.**
117 **10) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Mateus Romão Oliveira
118 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente ata.

119
120
121
122
123
124

APROVAÇÃO DA ATA

Mateus Romão Oliveira
Presidente suplente da URC Central Metropolitana